



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

Publicado no Jornal Diário Oficial
do Município de Campo Largo,
nº 2077 Página: 9
Data: 22 / 11 / 2021

LEI N.º 3384, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021.

Súmula: “Institui o Programa de Orientação e Prevenção contra o Aborto no Município de Campo Largo e dá outras providências.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU**, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Orientação e Prevenção contra o Aborto no Município de Campo Largo.

Art. 2º O Programa de Orientação e Conscientização contra o Aborto instituído pelo art. 1º desta Lei, tem por objetivo:

I - incentivar a promoção de palestras, seminários, campanhas, mobilizações e outras atividades que permitam estimular e sensibilizar a população acerca dos direitos do nascituro, direito à vida e implicações do aborto ilegal, bem como a saúde integral da mulher;

II - promover o intercâmbio, visando ampliar o nível de resolutividade das ações direcionadas à saúde das gestantes, por meio da integração da população, órgãos públicos, privados e organizações não governamentais que atuam na área da defesa da vida humana;

III - contribuir para a redução dos índices relativos à realização de abortos clandestinos.

LEI 3384/2021



PREFEITURA DE CAMPO LARGO

Art. 3º Os estabelecimentos de saúde públicos e privados deverão ter afixados em local visível a informação de que é garantido à gestante que desista do aborto a facilitação do processo de adoção, com a seguinte menção: *“A entrega de filho para adoção, mesmo durante a gravidez, não é crime. Caso você queira fazê-la ou conheça alguém nessa situação, procure a Vara de Infância e da Juventude. Além de legal, o procedimento é sigiloso.”*

Parágrafo único. Para ampliação da divulgação do caput deste artigo o Poder Executivo poderá valer-se de informativos online, televisivo, por aplicativo e todos os meios de comunicação oficiais da Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Art. 4º Para a consecução e objetivos desta Lei Municipal, fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria competente, a buscar apoio e firmar parcerias públicas e privadas com instituições que tenham como escopo a valorização da vida desde a sua concepção.

Art. 5º Esta Lei não abrange os casos em que o aborto é previsto em lei, de acordo com o art. 128 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940).

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, 19 de novembro de 2021.



MAURÍCIO RIVABEM
Prefeito Municipal

LEI 3384/2021